CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Acórdão: 19.785/10/1ª Rito: Sumário
PTA/AI: 01.000020671-35
Impugnação: 40.010126153-74
Impugnante: Clementina Biasi Ribeiro
CPF: 753.883.326-91
Origem: DF/Uberlândia

EMENTA

IPVA - FALTA DE RECOLHIMENTO - DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO. Comprovada nos autos a falta de recolhimento do IPVA devido. Evidenciado que o proprietário do veículo tem residência habitual neste Estado, nos termos do disposto no art. 127, inciso I do CTN, o registro e o licenciamento do veículo no Estado de Goiás, não estão autorizados pelo art. 1º da Lei nº. 14.937/03 c/c o art. 120 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB). Exigências de IPVA, Multa de Revalidação capitulada no art. 12, § 1º da Lei nº. 14.937/03 e juros de mora. Infração parcialmente caracterizada para excluir as exigências relativas ao exercício de 2009 do veículo o qual se comprovou a transferência em 2008. Lançamento parcialmente procedente. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A autuação trata de falta de recolhimento de Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), nos exercícios de 2008 a 2009, em virtude do registro e licenciamento indevido no Estado de Goiás, dos veículos de placa n.º NGO – 7520 e NFK9434, uma vez que a Fiscalização constatou que a sua proprietária é residente em Uberlândia/MG.

Exige-se IPVA e Multa de Revalidação, capitulada no art. 12, § 1º da Lei nº. 14.937/03 e juros de mora.

O Fisco por meio da Intimação, Ofício n.º 1271/08 (fls. 09), solicita à Contribuinte que lhe apresente os documentos nela relacionados.

A Contribuinte não se manifesta.

O Fisco emite o Auto de Início da Ação Fiscal de fls. 13 e 17.

Inconformada, a Autuada apresenta, tempestivamente, Impugnação às fls. 21/27, contra a qual o Fisco se manifesta às fls. 34/38.

DECISÃO

A acusação fiscal é de falta de recolhimento do IPVA devido a este Estado, nos exercícios de 2008 a 2009, referentes aos veículos de placa NGO-7520 e NFK-9434, de propriedade da Autuada.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Mediante o cruzamento de dados dos veículos e de sua proprietária, constantes dos bancos de dados da Secretaria de Fazenda do Estado de Minas Gerais (SEF/MG), DETRAN/MG, DETRAN/GO e Receita Federal, a Fiscalização constatou que os mencionados veículos encontram-se registrados e licenciados no Estado de Goiás, não obstante ser a sua proprietária residente no Município de Uberlândia/MG.

Antes de se adentrar no exame das provas constantes dos autos, torna-se imperioso analisar a legislação que rege a matéria, para uma melhor compreensão da questão examinada.

A Constituição Federal de 1988 (CF/88), no seu art. 155, inciso III, conferiu aos Estados membros e ao Distrito Federal competência para instituir imposto sobre a propriedade de veículos automotores.

Assim, cada Estado editou sua própria lei para cobrança do IPVA, variando as alíquotas de acordo com a legislação de cada Unidade da Federação, o que faz com que muitos veículos sejam registrados nos Estados em que a alíquota é menor, não obstante seus proprietários residirem neste Estado.

Esta prática implica perda de arrecadação para o Estado e Município.

No caso do Estado de Minas Gerais, foi editada a Lei nº. 14.937, de 23 de dezembro de 2003, que ao estabelecer sobre o pagamento do IPVA, disciplinou:

Art. 1º O Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA - incide, anualmente, sobre a propriedade de veículo automotor de qualquer espécie, sujeito a registro, matrícula ou licenciamento no Estado. (grifou-se).

Parágrafo único. O IPVA incide também sobre a propriedade de veículo automotor dispensado de registro, matrícula ou licenciamento no órgão próprio, desde que seu proprietário seja domiciliado no Estado.

Art. 4º Contribuinte do IPVA é o proprietário de veículo automotor.

Art. 10. As alíquotas do IPVA são de:

I 4% (quatro por cento) para automóvel, veículo de uso misto, veículo utilitário e outros não especificados neste artigo;

II 3% (três por cento) para caminhonete de carga picape e furgão;

III - 1% (um por cento) para veículos destinados a locação, de propriedade de pessoa jurídica que preencha pelo menos um dos seguintes requisitos:

(...)

Conforme se verifica, o legislador estadual, usando da sua competência constitucionalmente prevista, delimitou o campo de incidência do tributo, ou seja, estabeleceu que o IPVA será devido ao Estado de Minas Gerais, quando o veículo automotor estiver sujeito a registro, matrícula ou licenciamento no Estado.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Cabe, todavia, indagar, quais as condições determinantes para que o veículo sujeite-se ao registro e licenciamento neste Estado.

Sobre a matéria, o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), aprovado pela Lei n.º 9.503, de 1997, no seu art. 120, dispõe:

Art. 120 - Todo veículo automotor, elétrico, articulado, reboque ou semi-reboque deve ser registrado perante o Órgão executivo de trânsito do Estado ou do DF, no município de domicílio ou residência de seu proprietário, na forma da lei.
(grifou-se)

Extrai-se, do dispositivo legal retromencionado, que o fato gerador do IPVA ocorre no município de domicílio ou de residência do proprietário do veículo.

Salienta-se, desde já, que não obstante as várias conceituações existentes sobre os termos “domicílio” e “residência”, não cabem aqui as definições trazidas pelo Código Civil de 2002 (CC/02), dada a regra da especialidade. A interpretação a ser considerada, neste caso, é a do CTN, posto que a matéria ora discutida é de natureza tributária.

Examine-se, pois as disposições do art. 127 do CTN, retrocitado:

Art. 127 - Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, na forma da legislação aplicável, considera-se como tal:

I - quanto às pessoas naturais, a sua residência habitual, ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade;

II - quanto às pessoas jurídicas de direito privado ou às firmas individuais, o lugar da sua sede, ou, em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação, o de cada estabelecimento;

(...).

O Professor Renato Bernadi, ao discorrer sobre o tema (IPVA tem de se pagar onde o dono do automóvel mora – www.conjur.com.br, artigo publicado em 28 de maio de 2006), leciona:

Partindo-se do pressuposto de que “domicílio” e “residência” são palavras cujos significados não se confundem, há que se dar uma interpretação coerente ao dispositivo. A interpretação que mais se encaixa na ratio legis da norma é aquela que indica que ao referir-se a “domicílio”, o Código de Trânsito faz menção à pessoa jurídica. Ao passo que, ao mencionar “residência”, dirige-se às pessoas físicas.

E continua:

Outra interpretação levaria à absurda conclusão de que o artigo 120 do Código de Trânsito Brasileiro considera somente a pessoa física, esquecendo-se da pessoa jurídica, além de distanciar referida regra do disposto

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

no artigo 127 do Código Tributário Nacional, regra específica do domicílio tributário. (...).

Por conseguinte, o critério que fixa o domicílio tributário, para fins do IPVA é o previsto no artigo supramencionado, que determina que as pessoas registrem seus veículos na Unidade da Federação onde residam com habitualidade e que as pessoas jurídicas de direito privado devem registrar seus veículos onde se encontre as respectivas sedes.

Esta assertiva pretende demonstrar que o deslinde da questão passa necessariamente pela comprovação do local de residência habitual da Autuada, nos moldes do que prevê o art. 127, inciso I do CTN, já mencionado.

Passa-se, então, a análise dos documentos juntados aos autos, para a aferição do domicílio tributário da Autuada.

A Fiscalização anexou os seguintes documentos para comprovar que o endereço da Autuada é na cidade de Uberlândia/MG:

- 1) consulta realizada junto à Receita Federal, a partir do CPF da Autuada (fls. 07);
- 2) consulta realizada junto ao site do Tribunal Superior Eleitoral (fls. 08).

Na peça de defesa apresentada a Autuada/Impugnante não contesta a afirmativa do Fisco de que o seu domicílio tributário é mesmo onde reside, em Uberlândia/MG e argumenta, apenas, que o veículo placa NFK 9434, fora transferido em 25/07/09 e o veículo placa NGO 7520 foi vendido para uma loja de revenda de veículos em dezembro de 2007, que por sua vez vendeu a outrem sem que, contudo, houvesse efetuado a devida transferência, não sendo, portanto, de sua responsabilidade o pagamento do imposto a eles referente. Requer o cancelamento das exigências fiscais. Na oportunidade anexa aos autos os seguintes documentos:

- 1) consulta DETRAN/MG relativa ao veículo placa NFK – 9434 demonstrando a transferência ao novo proprietário ocorrida em 25/07/08 (fls. 30/31);
- 2) consulta DETRANET relativa, também, ao veículo placa NFK 9434 demonstrando a quitação do IPVA referente ao ano de 2009 em Minas Gerais (fls. 32).

Relativamente ao veículo placa NFK – 9434 a documentação apresentada pela Impugnante comprova que a transferência de propriedade do referido veículo realmente ocorreu em 25/07/08, bem como que o IPVA relativo ano de 2009 havia sido quitado em Minas Gerais, portanto, deve ser excluída às exigências relativas ao exercício de 2009, deste veículo.

Quanto ao veículo placa NGO 7520 devem ser mantidas integralmente às exigências a ele relativas.

Aliás, a própria Autuada demonstra que o referido veículo foi vendido sem, contudo, ser efetuado a devida transferência, sendo, portanto, de sua responsabilidade o pagamento de tal imposto.

Portanto, legítimas em parte, as exigências fiscais constantes da Notificação de Lançamento, sendo aquelas relativas ao veículo placa NGO 7520 integralmente

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

mantidas e quanto ao veículo placa NFK – 9434, excluir às exigências relativas ao exercício de 2009.

Diante do exposto, ACORDA a 1ª Câmara de Julgamento do CC/MG, à unanimidade, em julgar parcialmente procedente o lançamento, para excluir às exigências relativas ao exercício de 2009 do veículo placa “NFK – 9434”. Participaram do julgamento, além dos signatários, os Conselheiros José Luiz Drumond (Revisor) e Luciana Mundim de Mattos Paixão.

Sala das Sessões, 02 de junho de 2010.

Mauro Heleno Galvão
Presidente

Edécio José Cançado Ferreira
Relator

Ejcf/ml

CC/MG